

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

**Destaque: Matérias que citam o ministro Wellington Moreira Franco
ou o MME:**

Sumário

VEÍCULO: O Globo	2
Título: Trava para os negócios	2
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	5
Título: Tensão elétrica.....	5
Título: Relatório federal diz que contaminação no Pará pode ter origem fora da Hydro	6
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	8
Título: "O interesse público hoje virou coisa secundária"	8
VEÍCULO: Correio Braziliense	12
Título: Alemães e portugueses na direção do carro elétrico.....	12
VEÍCULO: Valor Econômico	12
Título: Eletrobrás enfrenta semana crucial para distribuidoras	12
Título: 'Pode ser melhor adiar leilão de distribuidoras'	14
Título: Eletronuclear teme calote no BNDES, CEF e Eletrobrás.....	22
Título: Destaques.....	24
Título: Americana ESS traz novas baterias ao Brasil.....	25

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Danielle Nogueira****Título: Trava para os negócios**

Falta de voos regulares no Aeroporto de Macaé prejudica empresas de petróleo na retomada do setor

Com infraestrutura precária, o aeroporto de Macaé, no Norte Fluminense, tornou-se uma pedra no sapato de empresas da cadeia produtiva de petróleo. Sem voo comercial regular desde setembro de 2015 — devido às condições da pista de pouso —, muitas companhias se viram obrigadas a trocar o avião pelo ônibus para transportar executivos, perdendo produtividade e oportunidades de negócios num momento de retomada para o setor.

Com a Infraero sem recursos, as empresas veem na privatização o caminho para que as obras para retomar voos sejam feitas no terminal. Mas uma briga política entre Rio e Espírito Santo põe em risco a licitação, prevista para este ano, justamente num momento de recuperação dos investimentos. O governo capixaba questiona o modelo do leilão — que prevê a concessão em bloco dos aeroportos de Macaé e Vitória — e ameaça ir à Justiça.

Alega que o valor da outorga seria maior se o terminal fosse leilado individualmente, já que, recém-reformado, não precisa de obras imediatas. A concessão conjunta, portanto, traria danos aos cofres públicos. Já o governo fluminense vê na "venda casada" a chance de deslanchar o deficitário aeroporto de Macaé e preparar a cidade para a nova fase da indústria petrolífera.

Macaé é considerada a capital nacional do petróleo, base para gigantes do setor, como Petrobras, e fornecedores que atendem às demandas de produtos e serviços das plataformas da Bacia de Campos. Berço da exploração de petróleo em águas profundas no país, a produção petrolífera na Bacia de Campos — que abrange o litoral do Rio e do Espírito Santo — vem caindo, com a maturidade dos campos.

Em 2017, porém, novas áreas foram ofertadas na 14ª Rodada da Agência Nacional do Petróleo (ANP), trazendo otimismo aos empresários. O investimento mínimo pelos próximos sete anos nos seis blocos arrematados é de R\$ 570 milhões. E mais áreas devem ser ofertadas. A bacia era excluída das rodadas havia uma década.

EMPRESAS PERDEM PRODUTIVIDADE

A retomada dos investimentos deverá vir acompanhada de contratações. Com mais gente trabalhando, maior a pressão sobre os meios de transporte para deslocar técnicos e executivos. No auge da indústria do petróleo, em 2013, havia 836 mil empregos diretos e indiretos no país ligados ao segmento, segundo a Associação Brasileira das Empresas de Serviços de Petróleo (Abespetro).

Com recessão, queda na cotação da commodity e crise da Petrobras — cujos dirigentes se tornaram alvo de investigação da Lava-Jato — esse número caiu a 397 mil em 2016, mas deve alcançar 734 mil em 2022. A estimativa da Abespetro é que 80% da mão de obra estejam distribuídas por Macaé e cidades vizinhas. — Com o fim dos voos regulares para Macaé, as empresas perderam mobilidade e produtividade. E há o problema da segurança.

Muitas não permitem que seus empregados peguem a estrada após 18h — disse Gilson Coelho, secretário-executivo da Abespetro. — Com a expectativa de recuperação do setor, fazer adequações na pista e construir uma nova é fundamental para voltarmos a ter voos regulares e podermos receber, inclusive, cargueiros. A única empresa que fazia voos regulares para Macaé era a Azul. Em 2013, ela chegou a operar quatro voos diários, ligando a cidade a Rio, Campos, Vitória e Campinas. Naquele ano, 442.983 pessoas embarcaram e desembarcaram no aeroporto.

Mas, para tornar seus voos mais rentáveis, a companhia mudou a frota. Desfez-se dos aviões menores e adotou aeronaves para cerca de 70 passageiros, cujo peso é incompatível com a pista do aeroporto de Macaé. Os voos para o município fluminense foram suspensos em setembro de 2015. Desde então, apenas helicópteros e táxi aéreo pousam por lá. No ano passado, o movimento foi de 179.888 passageiros. A Azul já disse ter interesse em retomar os voos, se forem feitos ajustes na pista. O empresário Aroldo Alves Siqueira Júnior, dono da fabricante de equipamentos para plataformas Tech Ocean, sediada em Macaé, era um passageiro assíduo. A viagem levava apenas 40 minutos até a capital capixaba e, de lá ele seguia de carro até Aracruz, onde fica a segunda unidade da empresa.

Desde que os voos foram suspensos, ele faz o trajeto de carro a cada dez dias e leva até nove horas. Mais oito executivos da empresa precisam se deslocar entre as duas fábricas de tempos em tempos. O trajeto é feito em ônibus fretado, que não sai por menos de R\$ 2.500. — O problema não é o custo, é o desgaste físico e psicológico. E o impacto na produtividade. Perde-se um dia de trabalho — lamenta Siqueira Júnior. O governo federal pretende leiloar o aeroporto de Macaé e o de Vitória juntos. A licitação em blocos faz parte de uma estratégia que busca agrupar terminais por vocação de negócios e mesclar superavitários e deficitários.

Assim, quem der o melhor lance leva um aeroporto que dá lucro e outro que dá prejuízo. Foram definidos três blocos: no Nordeste, são seis terminais relacionados ao turismo; no Centro-Oeste, cinco ligados ao agronegócio, e, no Sudeste, dois associados à indústria do petróleo. Inicialmente, os aeroportos de Santos Dumont e Jacarepaguá fariam parte deste grupo, mas percebeu-se que o baque nas finanças da Infraero seria grande demais e decidiu-se deixá-los de fora. O prazo da consulta pública para a concessão dos três blocos terminou sexta-feira. O objetivo é licitá-los este ano. O governo fluminense vê na licitação conjunta um caminho para dinamizar o aeroporto de Macaé.

A estimativa oficial de recursos que devem ser aplicados no terminal ao longo de 30 anos de concessão é de R\$ 324 milhões, sendo algumas demandas imediatas, como a construção de uma nova pista. Isso poderia viabilizar pouso e decolagem até de cargueiros. Hoje, o transporte de carga é feito pelo aeroporto do Rio ou de Cabo Frio e segue por rodovias até a cidade. Segundo a Infraero, enquanto a licitação não sai, estão sendo feitos ajustes na pista atual, numa tentativa de retomar voos regulares de passageiros. — O aeroporto de Vitória recebeu muitos investimentos nos últimos anos e chegou a ter obras paradas por suspeitas de sobrepreço — disse Delmo Pinho, secretário de Transportes do Estado do Rio.

As obras no aeroporto de Vitória foram paralisadas em julho de 2008 após o Tribunal de Contas da União (TCU) apontar suspeitas de superfaturamento. A Infraero tentou repactuar o valor com o consórcio responsável pelo projeto, mas não obteve sucesso. As obras só foram retomadas em 2015, sob novo contrato, e foram inauguradas em março. A capacidade foi ampliada de 3,3 milhões para 8,4 milhões de passageiros por ano. Suficiente para atender a demanda por 15 anos, segundo a Infraero. Ainda assim, estima-se que sejam necessários R\$ 320 milhões ao longo de 30 anos de concessão. Mas o modelo de licitação desagradou ao governo do Espírito Santo, que vê no deficitário aeroporto de Macaé um inibidor de interessados no de Vitória. — Se licitados em bloco, esses aeroportos vão atrair empresas com expertise em construção, não em gestão aeroportuária, que é o que precisamos em Vitória.

Vamos a todas as instâncias para barrar esse modelo, inclusive à Justiça, se necessário — disse Alexandre Nogueira Alves, procurador do estado do Espírito Santo, que já se prepara para encaminhar ao TCU uma representação questionando o modelo.

OPORTUNIDADE PERDIDA

Há duas semanas, o governador Luiz Fernando Pezão esteve com o presidente Michel Temer, em Brasília, para cobrar uma posição do governo a favor do leilão conjunto. O governador Paulo Hartung lançou mão de uma última cartada:

propôs a concessão em bloco dos aeroportos de Macaé, Santos Dumont, Vitória e Linhares (ES). Mas a proposta não foi bem recebida em Brasília. Para isso, seria preciso recomençar todo o processo, dos estudos de viabilidade às audiências públicas. — Não cabe ao governo ajudar um estado e prejudicar outro. A filosofia por trás desse modelo é que a Infraero trabalha num sistema de caixa único, com subsídios cruzados.

Ela não pode vender apenas o que dá lucro e ficar com o que dá prejuízo. A licitação em bloco é uma praxe em vários países, como Espanha, Portugal e México — diz Dario Lopes, secretário nacional de Aviação Civil. Enquanto os ânimos permanecem exaltados e a licitação, ainda sem data, os empresários em Macaé enfrentam dificuldade para fazer negócios. Antonio Severino dos Santos é dono de uma importadora e presta serviços ao setor petrolífero.

No ano passado, na 9ª edição da Brazil Offshore — feira que reúne fornecedores da indústria do petróleo em Macaé —, Santos não conseguiu trazer seu parceiro internacional por falta de voos diretos a partir do Rio. — Perdi oportunidade de negócios. Esperamos que, na edição do ano que vem, a cidade já esteja conectada.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Editorial

Autor:

Título: Tensão elétrica

A despeito dos numerosos questionamentos judiciais e do atraso na aprovação de um projeto de lei no Senado que daria mais segurança aos possíveis compradores, o governo pretende levar a cabo o leilão de privatização de seis distribuidoras de energia da Eletrobrás, marcado para 26 de julho.

A venda das unidades em Alagoas, Piauí, Acre, Amazonas, Rondônia e Roraima é a primeira etapa do plano de saneamento da empresa estatal, que ao final poderá resultar em sua privatização.

As distribuidoras estão endividadadas e acumularam prejuízo de R\$ 4,5 bilhões apenas no ano passado. Também estão entre as piores nos indicadores de qualidade.

Pelo plano, a Eletrobrás assumiria um pedaço das dívidas, enquanto os compradores teriam compromissos de investimentos pesados nos próximos anos. Sem a venda, por outro lado, as empresas poderiam ser liquidadas.

A guerra judicial permanece, contudo, com liminares contrárias ao leilão. O ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal, por exemplo, suspendeu o processo de venda da alagoana Ceal, enquanto a Justiça Federal do Rio de Janeiro vetou o leilão sem autorização legislativa.

Por meio da Advocacia-Geral da União (AGU), o governo espera derrubar todas as decisões provisórias a tempo do leilão.

Que assim seja. Desde que o anúncio do plano de saneamento da Eletrobrás foi anunciado, eram previsíveis os obstáculos políticos, corporativos e judiciais. O menor deles, na verdade, é a venda das distribuidoras — e, em breve, das participações minoritárias em ativos de geração, com o objetivo de reduzir a pesada dívida da estatal.

A última e maior batalha, contudo, ficará para o próximo governo: a complexa modelagem da venda das grandes subsidiárias de geração de energia — Chesf, Furnas e Eletrosul. Todas são cobiçadas pelos políticos locais, em razão dos cargos e investimentos bilionários. Já Eletronorte e Itaipu permanecerão estatais.

Ao final, a privatização ocorreria num modelo de pulverização das ações no mercado. Em troca de um aumento de capital, o governo federal abriria mão do controle, mas retendo uma participação com direitos especiais.

Se bem feita, cercada de todos os cuidados para assegurar os investimentos em benefício da coletividade, a privatização tende a ser positiva. O escrutínio jurídico e parlamentar, natural e necessário, deve se pautar pela busca de soluções, e não por motivações ideológicas ou interesses particulares.

Lula alcançou 30% das preferências na última pesquisa do Datafolha. Se a Justiça barrá-lo, sua força eleitoral parece suficiente para tornar competitivo quem o PT indicar para o seu lugar — os mais cotados são o ex-prefeito Fernando Haddad e o ex-ministro Jaques Wagner.

A lei permite que a substituição ocorra até 17 de setembro, quando faltarão três semanas para o primeiro turno. Talvez seja o suficiente para um petista chegar ao segundo turno. Mais difícil é enxergar o que o eleitor poderá ganhar esperando tanto tempo por uma definição.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Cotidiano

Autor: Fabiano Maisonnave

Título: Relatório federal diz que contaminação no Pará pode ter origem fora da Hydro

Comitê aponta poluição crônica de lixão como possível causa de degradação de água em Barcarena solitário

Relatório do comitê da Casa Civil criado para acompanhar a contaminação ambiental em Barcarena (PA) afirma que a poluição da água no entorno da refinaria de alumina norueguesa Hydro Alunorte, investigada por um suposto transbordamento de rejeitos sólidos, pode ter origens crônicas, como o lixão municipal a céu aberto.

“A precariedade dos serviços disponíveis à comunidade — agravada pelo fato de se localizar em área não regularizada — potencializa o incidente. Assim, o comitê federal deve analisar a contaminação ambiental em Barcarena sem perder de vista o contexto no qual a região se insere”, afirma o relatório.

Resultado de uma visita in loco, o relatório não endossou a principal conclusão do Instituto Evandro Chagas (IEC), ligado ao Ministério da Saúde, segundo o qual a origem da contaminação da água foi o suposto transbordamento de uma das bacias de rejeitos sólidos da Hydro em 17 de fevereiro, durante um período de fortes chuvas.

Em vistoria feita no final de abril, o comitê identificou como uma possível fonte poluidora um canal que leva o chorume do lixão a céu aberto a uma nascente do rio Murucupi na verdade um pequeno córrego que atravessa comunidades da região.

Essa possibilidade não foi levada em conta pelos laudos do IEC, cuja análise da água no rio Murucupi encontrou teores elevados de alumínio, ferro, cobre e chumbo, entre outros metais.

Segundo o pesquisador Marcelo Lima, a análise química não deixa dúvidas de que a contaminação veio de efluentes oriundos da Hydro Alunorte durante o suposto transbordamento.

Ele afirma que, pela posição geográfica do ponto de coleta, o lixão não poderia ter tido influência no resultado e por isso não foi levado em conta.

O pesquisador admitiu, no entanto, que o relatório final do IEC, em fase de preparação, mostrará como o lixão “piora ainda mais a situação quando ocorre contaminação a partir da Hydro Alunorte”.

Outra divergência entre o IEC, sediado em Belém, e o comitê — formado pelo Ibama e por quatro ministérios (Casa Civil, Saúde, Integração Nacional e Direitos Humanos) — se refere ao impacto do despejo no rio Pará da água de chuva não tratada que inundou parte da refinaria durante a tempestade de 17 de fevereiro.

Essa irregularidade foi admitida pela Hydro em meados de março. Pelo fato de o ponto de despejo ser distante das comunidades, a ação está relacionada às inundações ocorridas nesses bairros.

Para o comitê, incidentes como o ocorrido no rio Pará provocam “poluições de caráter agudo” no local atingido, “com a tendência de retorno às condições anteriores dias após o fato”.

“O IEC não pode afirmar isso, pois essa resposta somente pode ser dada com estudos e análises continuados após cada incidente que gera poluição. Em relação aos ocorridos no dia 17 de fevereiro e posteriormente a esse, o IEC mostra em relatórios que as contaminações perduraram por semanas”, contesta Lima.

Barcarena tem o pior saneamento entre as cidades brasileiras de grande porte (acima de 100 mil habitantes), segundo o ranking da Associação Brasileira de Engenharia Sanitário e Ambiental (Abes).

A cidade, próxima a Belém, não dispõe de tratamento de esgoto nem destinação adequada de resíduos sólidos. O abastecimento de água é de apenas 24%.

Nas comunidades do entorno da refinaria da Hydro, quase não há água encanada. A população se abastece em poços rasos próximos às casas, sem nenhum tratamento.

Criado nos anos 1970, o polo industrial de Barcarena ainda não possui licença ambiental. Além disso, foi criado sobre uma área ocupada por comunidades tradicionais, gerando conflitos fundiários sem solução até hoje.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Colunas

Autor: Sonia Racy

Título: "O interesse público hoje virou coisa secundária"

Direto da fonte

Eencontros

Andrea Matarazzo

Ainda assim, o ex-empresário acredita em mudanças a partir do voto distrital misto

Andrea Matarazzo – um dos primeiros empresários brasileiros a abandonar a atividade empresarial e mergulhar exclusivamente na política, coisa que muitos estão ou pensam em fazer hoje – constata: no País, ninguém mais trata de convencer a sociedade de seus ideais. "O Parlamento tem enorme força sobre o Executivo e ter um Parlamento sério é fundamental em uma democracia. Resulta, sim, em projetos equilibrados. Esse passo depende de escolhas da sociedade." O ex-vereador – já com seus 22 anos de vida pública, em que foi ministro de FHC, embaixador na Itália, secretário estadual de Covas e ocupou diversas funções nas gestões de Serra e Kassab na capital – faz a avaliação: os partidos, no Brasil, "representam pouca coisa". E isso só mudará quando se fizer "a verdadeira reforma política, que é a implantação do voto distrital misto". A três meses da eleição, Matarazzo diz não ter expectativa de se candidatar. "Ninguém é candidato de si próprio", e o que deveria tornar alguém candidato "são suas ideias, percurso, experiência e fundamentalmente, decisão do partido". No seu ver, "a sociedade sabe o que quer, mas também quer muita coisa que não sabe" A seguir, os principais trechos da conversa.

Os candidatos de 2018 deveriam fazer uma espécie de carta ao povo, já que ninguém sabe exatamente o que eles pensam?

Fazer carta ao povo pouco adianta. Elas são feitas e rasgadas sem a menor cerimônia. Depende hoje da sociedade analisar mais não só os candidatos a presidente e governador, mas o Congresso, as assembleias. Ninguém imagina a importância dessas escolhas.

Você foi ministro e embaixador no governo FHC, **secretário estadual de Energia e da Cultura em São Paulo**, trabalhou em diversas missões na Prefeitura paulistana com Serra e Kassab. E agora se mostra desencantado com uma nova candidatura. Qual seu balanço disso tudo?

Infelizmente se estabeleceu no Brasil nos últimos 10 anos um modo de governar absurdo, onde os fins justificam os meios, para dizer mínimo. Romperam-se os limites entre público e privado. Mas se queremos mudar, temos que persistir.

O que vai mal, exatamente?

O interesse público virou uma coisa secundária, os interesses partidários se sobrepõem a ele. Os projetos pessoais também. E a gente precisa mudar essa equação. O interesse público deve ser a prioridade, esse deve ser o conceito de quem quer ir para governo. Pensar no coletivo, na cidade, no Estado, no País. A transformação de um país é um processo. Não adianta achar que vai mudar de um dia para o outro.

Você foi dos primeiros empresários de peso a entrar, há 22 anos, com pés e mãos, na política brasileira. Hoje existe até partido, o Novo, capitaneado por um ex-integrante do sistema financeiro, João Amoêdo, candidato a presidente. O que o levou a esse caminho?

Quem me levou a conhecer o governo foi o professor José Goldemberg, então ministro da Educação, entre 1991 e 1994. Não tinha ideia de como funcionava o setor público. No fim de 1994 veio a eleição, a disputa entre FHC e Lula – e este, na campanha, levando vantagem imensa. Não gostava e nem gosto das propostas do PT, completamente incompatíveis com o mundo moderno. E como boa parte do empresariado acreditava que o Lula iria ganhar, eu aceitei trabalhar na campanha tucana. Com Goldenberg eu cuidava da Lei de Patentes, e o então senador Fernando Henrique era quem tocava o assunto no Senado. Acabamos nos conhecendo. Fundei o movimento suprapartidário Desperta Brasil, que apoiou o candidato tucano pelo seu projeto de modernização do País.

Largar as atividades empresariais foi difícil?

Não, eu já tinha me decidido pelo setor público. Acreditava que era preciso ter posição, e uma posição clara: a favor do desenvolvimento do Brasil. Fernando Henrique eleito, Mario Covas também, fui chamado pelo governador paulista para presidir a Cesp, pois tinha experiência em tocar empresas. Na época, a Cesp aglutinava todo o setor elétrico do Estado. Depois da Petrobrás, era a maior empresa pública do País. Tinha uma dívida de nada menos que US\$ 10 bilhões. Conseguimos fazer o saneamento e criamos o primeiro processo de privatização no Brasil.

Ela já era uma empresa capital aberto, com ações negociadas de Nova York. Era muito diferente de empresa privada?

A imagem que eu tinha de empresa estatal era real. Muito parecida com uma empresa familiar mal administrada onde cada diretoria é dada a um membro da família, a um acionista. O cargo em empresa pública é dado a um partido político. O presidente de estatal, no fundo, não é presidente de nada e cada partido toca uma diretoria como se fosse uma coisa autônoma, com vida própria.

Foi assim com você?

Montamos a diretoria da Cesp só com profissionais da casa. Perguntei ao governador: e os diretores? Ele perguntou: o que é que tem os diretores? Falei: bom, o senhor vai indicar? Ele falou: não, você que é o presidente, você escolhe. Claro que submetemos a ele, mas ele deu autonomia total. Onde estava o

problema? Nas áreas meio, onde os governos contratavam gente sem concurso e inchavam esses setores. FHC e Mario Covas mudaram completamente o conceito de gestão pública. Como? Com privatizações e Lei de Responsabilidade Fiscal, entre outras.

Na Cesp, como foi?

Montamos programa de qualidade total, reduzimos o efetivo e os níveis hierárquicos, e eliminamos tudo aquilo que não era core business da Estatal. Os indicadores de qualidade melhoraram, só com gente da casa. Mas percebi, ao trabalhar no dia a dia, algo bem diferente. Quando você é presidente de empresa privada e um diretor discorda, a palavra final é sua. Na pública, temos que buscar consenso. Se decide por maioria. Óbvio que a palavra do presidente é decisiva. Mas o papel dos diretores é determinante. O Wilson Ferreira, depois presidente da CPFL e hoje presidente da Eletrobrás, foi um dos meus braços em todo o processo. Outro foi o Mauro Arce que foi secretário de Energia de Covas.

O que você aprendeu?

A dialogar mais. Queria fechar representações da Cesp no interior. Não podia, sem uma justificativa bem embasada para a Assembleia, vereadores das cidades, prefeitos. A empresa tinha que prestar contas ao Tribunal de Contas. Afinal, travava-se de uma empresa pública. Aprendi a expor bons argumentos técnicos. Aprovamos tudo que foi necessário para a recuperação e venda da empresa. Esse exercício exigiu disciplina, humildade e capacidade de negociação. Algo que se adquire com o tempo.

Aí você foi ser secretário de Energia do Covas.

Ali era administração direta, completamente diferente da estatal, até na imprensa. Na Cesp, era setorial de empresas. Na secretaria, jornalistas de política. Apreendi logo o quanto o setor público lhe dá capacidade de melhorar a vida das pessoas. Percebi minha vocação. Aprendi também que o setor público pode ser eficiente. Mas temos que desonerar o Estado em atividades que não cabem a ele. Temos que tirar o Estado das costas do cidadão.

Foi aí que você começou a fazer política?

Na Cesp, já era obrigado a fazer política. Quem entra em governo e fala que não é político está errado. E mais: não tem nova política ou velha. Política é política, é a arte de negociar e alargar limites do impossível.

Mas há uma leva de migrantes da iniciativa privada entrando com um discurso de "antipolítico".

O mote tem sido "eu não sou político, portanto, sou decente..." A classe política deu margem a isso. Em lugar de você ter o marketing a serviço da política, tem a política a serviço do marketing, na ânsia de não perder eleitores. Temos que convencer a sociedade com novas ideias, como fazem os verdadeiros líderes. A sociedade sabe o que quer, mas também quer muita coisa que não sabe. Se Churchill vivesse no Brasil de hoje e fizesse política como o nosso Congresso tem feito, ele não teria virado o Churchill. Ia fazer uma pesquisa: o povo quer ou não impedir a ocupação nazista? Lógico que não quereria a guerra. E a Inglaterra estaria falando alemão hoje.

Acha que existe preconceito contra empresários e banqueiros na política?

Preconceito pode até existir. Eu me lembro que, quando comecei a fazer política, sempre olhavam para mim como um tonto com um cifrão desenhado na testa. Você tem que se impor e mostrar seus valores e capacidade.

O que você acha desta era politicamente correta?

Muito chata. Mas por outro lado, não dá para ficar no politicamente indesejável, O ideal é o politicamente desejável, respeitoso. Respeito com o outro é importante sempre. Para todos e tudo durante a vida.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Negócios

Autor: Amauri Segalla

Título: Alemães e portugueses na direção do carro elétrico

A alemã BMW e a portuguesa EDP, do setor energético, tentarão liderar a corrida pela implementação do carro elétrico no Brasil. Na próxima semana, ambas farão um comunicado em conjunto para inaugurar o Corredor Elétrico Rio-São Paulo. Trata-se de um longo trajeto de mais de 500 quilômetros, em que haverá um complexo e postos de recarregamento de baterias. Segundo o presidente da EDP Brasil, Miguel Setas, será o maior corredor para carros elétricos da América Latina.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Camila Maia e Cláudia Schüffner | De São Paulo e do Rio

Título: Eletrobrás enfrenta semana crucial para distribuidoras

A semana que se inicia hoje será crucial para a Eletrobrás, com os esforços do governo voltados para a derrubada de uma liminar que obrigou o Banco

Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) a suspender o edital do leilão de privatização das distribuidoras da estatal, marcado para 26 de julho.

A não aprovação antes do recesso do Senado do projeto de lei (PL) 10.332, que viabiliza as operações futuras das distribuidoras Amazonas Energia e Boa Vista (Roraima), já impedia, na prática, que as duas concessionárias fossem incluídas. Quinta-feira, vieram dois novos golpes reduzindo ainda mais as chances de certame bem-sucedido. Uma liminar da Justiça do Rio de Janeiro determinou que o BNDES deveria suspender o edital, enquanto a Justiça do Piauí paralisou a venda da Cepisa, distribuidora do estado, devido a um erro na ata da assembleia que autorizou a operação.

Na sexta-feira, a Justiça do Piauí autorizou a retomada da venda do controle da Cepisa, desde que a ata da assembleia de 21 de março seja corrigida para retirada do nome do funcionário da Eletrobrás que, na verdade, não estava presente. Esse foi o erro que motivou a liminar.

A liminar do BNDES, porém, ainda está vigente, impedindo, na prática, que o certame ocorra. Segundo uma fonte ligada à equipe jurídica do governo, se a liminar não for derrubada até terça-feira, uma nova data precisará ser definida para o leilão.

O cronograma do edital prevê que, em 17 de julho, o BNDES divulgará respostas aos esclarecimentos solicitados pelo mercado. Em 19 de julho, os proponentes devem entregar a documentação de habilitação e garantias das propostas.

Se conseguir derrubar a liminar, o governo poderá licitar ao fim do mês as distribuidoras Eletroacre, Ceron (Rondônia) e Cepisa. Amazonas Energia e Boa Vista dependem do PL 10.332, e a Ceal (Alagoas) está com a venda suspensa por uma liminar do Supremo Tribunal Federal (STF).

Havia ainda o receio de que outra liminar do STF, que veta a venda de estatais sem aval legislativo, pudesse afetar o certame. Parecer da Secretaria-Geral de Contencioso, órgão da Advocacia-Geral da União (AGU) que atua no Supremo, disse que já há autorização legislativa para a venda das concessionárias.

O documento citou a Lei 9.491, de 1997, que autoriza que a administração pública federal inicie processo de desestatização de controladas direta ou indiretamente pela União. Além disso, as leis de federalização das distribuidoras incluíram as concessionárias no Programa Nacional de Desestatização (PND).

A crescente judicialização, no entanto, pode fazer com que o governo decida adiar a venda de todas as distribuidoras para agosto, quando se espera que o projeto de lei que viabiliza a privatização da Amazonas Energia e da Boa Vista já tenha sido aprovado.

De um lado, há a vontade do governo de manter a data do leilão e licitar Eletroacre, Ceron e Cepisa para gerar um "fato positivo" e resolver ao menos parte do problema. Por outro lado, uma ala do governo defende que pode ser melhor aguardar a aprovação do PL e licitar todas as distribuidoras posteriormente.

Para Elena Landau, ex-diretora de Desestatização do BNDES, liminares não devem afetar o resultado do leilão. "Liminar faz parte, não tem problema nenhum em ter liminar. Nenhum investidor se preocupa com liminar, principalmente liminares que vêm de funcionários e de sindicatos. Desde que a privatização começou, foi assim", afirmou.

Ela citou os conturbados processos de privatização das empresas Vale, Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e Usiminas. "CSN foi uma luta [privatizar]. E a Eletrobrás está sofrendo muito mais fogo amigo do que de combate externo", disse Elena, citando em seguida a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), que, segundo ela, "não coloca as coisas pra funcionar", o BNDES, "que não dá prioridade" e o Congresso, "que não leva a sério a privatização." **(Colaborou Fabio Graner, de Brasília)**

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Estevão Taiar e Catherine Vieira | De São Paulo

Título: 'Pode ser melhor adiar leilão de distribuidoras'

O ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, pondera que pode ser melhor, no atual cenário, adiar o leilão de distribuidoras da Eletrobrás, inicialmente marcado para 26 de julho e temporariamente suspenso pelo BNDES por liminar. Ele afirma que é preciso avaliar se é mais vantajoso fazer a venda das seis empresas em bloco após a aprovação do Projeto de Lei, embora apenas duas distribuidoras (Amazonas e Boa Vista) dependam efetivamente da votação. "Temos dito ao Congresso: se vocês não aprovarem esse PL, vamos ter que liquidar. A Eletrobrás não vai mais prestar o serviço, as empresas já estão com a concessão vencida, em situação precária. Nunca tivemos uma situação dessas. É grave. Por isso, a privatização das distribuidoras é prioridade número um, junto com a cessão onerosa", diz.

O início de agosto, com a volta do recesso legislativo, será crucial para aprovar esses dois projetos de lei (PLs) determinantes para viabilizar os leilões do petróleo excedente da cessão onerosa e das distribuidoras. Guardia está confiante no sucesso das duas votações. Neste cenário, vê forte chance de fazer os leilões este ano, uma vez que, "aprovado o PL, assinamos o acordo [com a Petrobras]". O ministro também avalia a política de preços dos combustíveis,

que culminou na greve dos caminhoneiros: "O reajuste diário com monopólio de refino é complicado. A Petrobras precisa vender o refino".

Em meio à discussão de várias medidas que, se aprovadas, criariam novas despesas públicas bilionárias, Guardia adverte: ele e sua equipe não descumprirão em hipótese alguma a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). O ministro pretende atuar como no caso das dívidas rurais, quando, após o Congresso derrubar o veto do governo, apoiou-se no TCU para embasar a decisão de não descumprir a LRF: "Voltamos aos parlamentares e falamos: precisamos de R\$ 17 bilhões para ter crédito orçamentário e fazer o que vocês mandaram. De onde querem tirar?".

Guardia lembra que as propostas ainda não foram aprovadas e é importante discutir a "absoluta inoportunidade" da "suposta pauta-bomba". "Não questionamos a competência do Legislativo de aprovar. O que o congresso não pode fazer é não cumprir a Lei e me obrigar a realizar despesa para a qual não há orçamento. Isso não vamos fazer", afirma.

A seguir, os principais trechos da entrevista concedida na sede do **Valor**:

Valor: *Como lidar com a pauta-bomba do Congresso?*

Eduardo Guardia: As coisas não foram aprovadas. É importante chamar a atenção para a absoluta inoportunidade de fazer esse tipo de coisa neste momento. Não dá para criar despesa a esta altura do campeonato, mas a pauta não foi aprovada. Tem um lado de comunicação porque o estrangeiro lê que aprovaram R\$ 100 bilhões de gastos. Não existe isso. Há coisas lá que não têm o menor sentido.

Valor: *O quê?*

Guardia: A Lei Kandir, o subsídio dos caminhões. Vamos supor o pior cenário, em que se aprove um negócio desse tipo. Cairemos de novo na situação que teve com a renegociação da dívida rural, que foi um bom exemplo.

Valor: *Por quê?*

Guardia: O Congresso é soberano, tem direito de aprovar o que quiser, só que não tem orçamento para isso e não tem contrapartida [aumento de imposto ou corte de despesa] pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Então, o que fizemos? Não demos prosseguimento. O presidente Michel Temer vetou. O Congresso, então, derrubou o veto, e nós mandamos uma correspondência ao Banco do Brasil, dizendo "sim, foi aprovado, mas não temos orçamento". Voltamos ao Congresso e dissemos: "precisamos de R\$ 17 bilhões para ter crédito orçamentário e fazer o que vocês mandaram. De onde querem tirar?".

Valor: *Como terminou?*

Guardia: Isso criou um mal-estar porque precisa fazer conta antes de aprovar. Então, mandamos medida provisória, alterando o que foi feito na lei do Congresso. Reduzimos a despesa de R\$ 17 bilhões para R\$ 1,6 bilhão, coisa que dá para absorver neste ano. Uma coisa é R\$ 1,6 bi, outra são R\$ 17 bi. Não dá para começar a conversa assim.

Valor: *Os benefícios das transportadoras já estão valendo?*

Guardia: Está tramitando. É outro bom exemplo. Trata-se de um benefício tributário. Vamos dar isenção de IPI para a compra de caminhões. A LRF é clara. Para dar um benefício, tem que compensar com complemento de imposto ou redução de outro benefício, exatamente o que fizemos. O momento é importante para tentar organizar o relacionamento entre Legislativo e Executivo.

Valor: *Como se faz isso?*

Guardia: Quando veio essa coisa da renegociação da dívida rural, estive com o presidente do Tribunal de Contas da União e disse a ele: "estou numa situação difícil porque, se eu cumprir a lei aprovada pelo Congresso dando o benefício, há o entendimento de que estarei descumprindo a Constituição e a Lei de Responsabilidade Fiscal. O senhor pode me ajudar a decidir qual lei eu devo descumprir?". Ele disse: "recomendo fortemente não descumprir nem a Constituição nem a Lei de Responsabilidade Fiscal". Era o que queria ouvir. Não estamos em nenhum momento questionando a competência do Legislativo. O que o congresso não pode fazer é não cumprir a LRF e me obrigar a realizar despesa para a qual não tenho orçamento. Isso não vamos fazer.

"Congresso não pode descumprir a LRF, me obrigar a criar despesa para a qual não há orçamento. Isso não vamos fazer"

Valor: *A LDO limitou prazo de cinco anos para incentivo fiscal?*

Guardia: O Rota 2030 [que dá incentivos para as montadoras de automóveis], por exemplo, é um programa de incentivo, mas, a cada cinco anos, o Ministério da Indústria e Comércio vai ter a obrigação de avaliar o resultado dessa política pública para ver se deve ou não continuar. O problema é que há vários incentivos do passado que não se pode mexer.

Valor: *Por exemplo?*

Guardia: Fizemos uma radiografia. No ano passado, o gasto tributário, ou seja, a renúncia fiscal, que deve ser tratada como gasto, chegou a R\$ 277 bilhões. De

2010 a 2015, esse negócio cresceu um ponto percentual do PIB. Gastamos quase 4% do PIB e precisamos avaliar quem está recebendo esse benefício e qual o retorno para a sociedade. É muito dinheiro! Temos déficit primário em torno de R\$ 150 bilhões e a média de gasto tributário dos países desenvolvidos é metade do nosso. Se estivéssemos alinhados com a média internacional, já teríamos, portanto, zerado o déficit primário.

Valor: *Nos R\$ 277 bilhões estão as deduções de pessoas físicas com saúde e educação?*

Guardia: Esse é outro incentivo que não tem prazo para acabar. Custa mais de R\$ 30 bilhões por ano. Mas o principal é o Simples, cuja renúncia soma R\$ 75,5 bilhões por ano. Alguém diz "Eduardo, você não quer dar benefício para a pequena empresa?". O problema é o conceito de pequena empresa no Brasil.

Valor: *É diferente do de outros países?*

Guardia: Na Inglaterra, o benefício é para empresas que faturam até U\$ 150 mil por ano. Aqui, para quem fatura até R\$ 4,8 milhões. A gente quer discutir, nada aqui vai ser fácil. Agora, gastar R\$ 277 bilhões por ano sem discutir como vai gastar é um erro. O mundo, e os Estados Unidos acabaram de fazer isso, está reduzindo tributação de pessoa jurídica. Saiu de 39% nos EUA para 21%. Na Europa é 20%. Na média, nos países da OCDE as empresas pagam 20% ou 21% de imposto de renda. No Brasil, 34%. Gostando ou não disso, os países convergiram para uma tributação mais baixa. Como saio de 34% e vou para 21%? Temos que começar a olhar esse tipo de coisa.

Valor: *De que forma?*

Guardia: Os incentivos no Brasil estão aumentando. O Simples, em 2003, gerava R\$ 19,6 bilhões de renúncia, em preços constantes. Hoje, R\$ 75,5 bilhões. A Zona Franca de Manaus saiu, no mesmo período, de R\$ 8,1 bilhões para R\$ 21,6 bilhões. Tentamos cortar essas coisas, não tem jeito, vai incomodar.

Valor: *A impressão é a de que o enfraquecimento político do governo está estimulando parlamentares da própria base aliada a aprovar no Congresso aumento de gastos.*

Guardia: A situação não é fácil, sabemos, mas avançamos em vários pontos, como a desoneração da folha de pessoal, que tem impacto fiscal importante; a cessão onerosa, que é extremamente importante para o país e está muito bem encaminhada; a privatização das distribuidoras de energia; o Cadastro Positivo; a duplicata eletrônica; a regra do distrato [desistência do mutuário na compra de imóvel na planta]. A greve dos caminhoneiros é um bom exemplo. Na minha experiência de governo, foi dos momentos mais difíceis.

Valor: *Por quê?*

Guardia: Depois que o país parou, você precisa resolver. E a solução acabou não tendo nenhum impacto fiscal negativo neste ano. Conseguimos compensar 100% de um negócio que custou R\$ 13,5 bilhões, entre R\$ 4,5 bilhões de redução de impostos e R\$ 9 bilhões de despesa que cortamos do orçamento. Zero de impacto também no ano que vem.

Valor: *O governo pensou em adotar uma política para amortecer os reajustes dos combustíveis?*

Guardia: Não havia essa discussão no governo. Olha, eu não teria nenhum problema com reajuste diário dos combustíveis, desde que tivéssemos competição no refino, o que não temos. O reajuste diário com monopólio de refino é complicado porque o único tipo de competição que ele tem é do importado. Só que o importado não tem condições de chegar ao país todo. Então, a Petrobras faz um preço médio extremamente vantajoso sem deixar o importado entrar. O problema do reajuste diário começou a ficar muito sério quando o câmbio começou a andar rápido, junto com o preço do petróleo. Não era uma coisa que estava no radar de todo mundo. Foi muito rápido e, quando se viu, deu aquela confusão monumental. A Petrobras tem que vender o refino. A decisão do Ricardo Lewandowski [ministro do STF que proibiu venda de estatais sem autorização do Congresso] também atrapalha um pouco.

Valor: *Há plano B caso o leilão de venda das distribuidoras não ocorra por causa de liminares judiciais?*

Guardia: Todo processo de privatização teve questionamento. O BNDES saiu com aquele fato relevante suspendendo o leilão do dia 26 porque uma liminar judicial estava em vigor. A liminar era absolutamente fraca. Estamos privatizando seis distribuidoras. Duas dependem do projeto de lei (PL) que está no Congresso: as de Manaus e Boa Vista. O PL dá um "waiver" para o desenquadramento dos padrões regulatórios relacionados a furto [gato]. Se não der e penalizar as empresas, elas não são vendáveis porque não têm valor de mercado. A autorização para o leilão das outras quatro já foi dada pelo PND (Plano Nacional de Desestatização) e o PPI (Programa de Parcerias para Investimento).

Valor: *A liminar do ministro Lewandowski não afeta nesse caso?*

Guardia: Pega a Petrobras e a Eletrobrás na venda de ativos, na venda de controle, mas não abrange as seis distribuidoras porque elas já estão com aprovação do PND e do PPI. As três que estão com leilão marcado para o dia 26 só têm a barreira da liminar [concedida na quinta-feira] que é frágil, deve cair.

Valor: *E a Ceal, distribuidora de Alagoas?*

Guardia: A Ceal foi federalizada em 1998 porque o Estado quebrou, o governador renunciou, não tinha dinheiro para pagar salário. O governo federal comprou a empresa, mas Alagoas só vendeu metade porque queria vender a outra metade num leilão de privatização para arrecadar mais. Houve acordo jurídico escrito e nós nos comprometemos a privatizar. Fizemos o leilão em 1998 e deu vazio. Logo depois, o sindicato dos funcionários entra com liminar proibindo a privatização e a liminar durou até 2010. Isso ficou parado e voltamos a falar em 2016. Mas, como pagamos metade da empresa lá atrás, algo como R\$ 300 milhões, atualizado para valores de hoje é muito mais. Pelo contrato, a União é credora de Alagoas, mas o governador fala que não, que o Estado foi coagido e que, na verdade, a União deve R\$ 1,8 bilhão. Ele está no papel dele, conseguiu liminar no STF. Já avisei ao governador que, se não vender, vamos liquidar. Não tem saída.

"Se aprovar o PL no início de agosto, seria interessante fazer [o leilão das distribuidoras da Eletrobrás] num bloco, juntas"

Valor: *Se liquidar, a conta de R\$ 22 bilhões é de quem?*

Guardia: Alagoas não tem nada a ver com os R\$ 22 bilhões. O conjunto das distribuidoras dá prejuízo. No PL, subimos parte da dívida das distribuidoras para a Eletrobrás, que assumiu ativos e passivos das distribuidoras. O PL autoriza a Eletrobrás a assumir dívida das distribuidoras. Se deixar esses R\$ 22 bilhões de dívidas nas distribuidoras, o valor delas é zero. Não estamos vendendo para ganhar dinheiro para o Tesouro nem para a Eletrobrás, é para deixar de ter prejuízo e botar o compromisso, para quem comprar, de capitalizar a empresa e voltar a prestar serviço decente. A Ceal não tem problema de dívida. Então, se não privatizar, vamos simplesmente liquidar.

Valor: *Como liquida?*

Guardia: Manda os funcionários embora e diz que essa empresa Ceal não existe mais, que está em liquidação.

Valor: *E quem presta o serviço?*

Guardia: Vamos contratar outra empresa para prestar o serviço, provavelmente outra distribuidora da região, até que seja feita a concessão e atraia novo interessado em montar uma empresa do zero. E vai ter gente. Quem vai pagar a conta? Os funcionários e credores da atual Ceal. Agora, liquidar as seis é bem mais complicado. Por isso, me preocupa muito a liminar que impede a privatização da Ceal. Até topo continuar discutindo com o governador sobre

quem é credor ou devedor, mas deixa privatizar, senão, o prejuízo vai ser muito maior.

Valor: *Há interesse pela distribuidora de Manaus?*

Guardia: Se aprovar o PL, que dá "waiver" para o desequilíbrio regulatório que há hoje, tirando as dívidas, sim. Manaus e Boa Vista, sem o PL, não dá para fazer.

Valor: *Não havendo o leilão, o governo vai prorrogar o prazo para liquidar ou liquida já?*

Guardia: Essa é nossa preocupação, que temos dito ao Congresso. Se não aprovar esse PL, vamos ter que liquidar, porque a Eletrobrás não vai mais prestar os serviços e as empresas já estão com a concessão vencida, em situação precária. Nunca tivemos uma situação dessas. Por isso, botamos a privatização das distribuidoras como a prioridade, junto com a cessão onerosa. Podemos leiloar no dia 26 Cepisa, Ceron e Eletroacre, sem o PL, mas tem que derrubar a liminar da semana passada e ainda vamos decidir se faremos no dia 26 ou esperar pela aprovação do PL, em agosto, com o leilão das seis.

Valor: *O prazo de liquidação não terá de ser adiado?*

Guardia: O prazo é fim de julho, mas hoje isso não é um problema. Uma coisa é você pedir para adiar o prazo da liquidação com a lei já quase aprovada, sabendo que o problema será resolvido. Outra é ficar adiando sem ter nada andando. Se tiver que adiar para agosto para ter mais tempo, não é um problema. É uma decisão nossa. Temos que avaliar se o mercado estará pronto para entrar no leilão do dia 26.

Valor: *E a cessão onerosa?*

Guardia: Interessa a todos. Foi uma negociação extremamente complexa, não é fácil entender. O contrato tinha muitas zonas cinzentas. Avançamos enormemente no entendimento.

Valor: *Qual foi o entendimento?*

Guardia: Combinamos que vamos fazer o melhor para o país e para a Petrobras. Há algumas questões do contrato que permanecem sem muita clareza e, portanto, esse PL que está no Congresso permite dar a segurança jurídica para que possamos assinar o contrato, com toda a transparência e responsabilidade. Por essa razão, desde o começo da discussão, trouxemos o TCU para o grupo de trabalho, não com voz para decidir, mas para acompanhar a complexidade do tema. Fizemos uma discussão técnica, benfeita, extremamente complicada. A

coisa mais fácil é vir alguém depois e falar que estava errado, que era para fazer assim ou assado. Temos uma enorme responsabilidade para assinar esse aditivo.

Valor: *O governo pode fazer o leilão de excedentes de petróleo da cessão onerosa sem ter um acordo completo com a Petrobras?*

Guardia: Acho errado. O campo de petróleo é um só. A Petrobras já tem cinco plataformas praticamente prontas, a primeira já está operacional. Empresas privadas vão prospectar o mesmo campo, com a Petrobras litigando com o governo? É preciso ter bom senso.

Valor: *Qual a chance de o leilão ocorrer neste ano?*

Guardia: Grande porque, aprovado o PL, a gente consegue fechar o acordo. O Ivan Monteiro [presidente da Petrobras] falou claramente que o PL é importante para dar segurança jurídica à negociação.

Valor: *O Ministério da Fazenda reduziu para 1,6% a previsão de alta do PIB neste ano; há economistas falando em 1%.*

Guardia: O que gerou um pouco de incerteza é que juntou essa questão de um ambiente externo pior, incertezas, eleição, com a greve dos caminhoneiros. A questão da greve foi muito intensa. É tudo muito recente. Alguns dados já mostram alguma melhora. Papel ondulado vinha estável e despencou na crise, mas já voltou. Carga de energia elétrica: exatamente a mesma coisa, também já voltou. Produção de veículos leves e pesados: está tudo em "V". É muito interessante. A gente falava que o efeito da crise [da greve dos caminhoneiros] era transitório e de fato está sendo. O fluxo de pedágio de veículos pesados voltou. Pegamos índice de preços ao consumidor, uma média de sete dias: antes da crise, em 21 de maio, foi lá para cima, mas já voltou ao normal. Alimentação no domicílio foi a mesma coisa. O efeito na produção e na inflação era transitório.

Valor: *E a mudança na Lei das Estatais?*

Guardia: É um absurdo, uma coisa que deveríamos ser muito fortes para reverter. Foi um enorme ganho a Lei das Estatais. Se a gente reverter a lei para que possa colocar filiado político, parente, será um enorme retrocesso. Temos que bater muito forte nesse negócio.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção:** Empresas**Autor:** Rafael Bitencourt | De Brasília**Título:** Eletronuclear teme calote no BNDES, CEF e Eletrobrás

A Eletronuclear, subsidiária da Eletrobrás, não terá como escapar da inadimplência se não rever, até o início de agosto, as condições dos empréstimos da construção da usina nuclear de Angra 3. Em entrevista ao **Valor**, o presidente da empresa, Leonam Guimarães, disse que não terá caixa suficiente para, no próximo mês, honrar os compromissos de amortização dos financiamentos com Caixa, BNDES e Eletrobrás.

"Somando as três parcelas mensais chegamos a R\$ 80 milhões que pesam enormemente sobre o nosso faturamento de R\$ 270 milhões, por mês. Isso inviabiliza a administração de custos de operação das demais usinas", disse o executivo.

Para contornar a situação, a Eletronuclear trabalha em três frentes. Uma é assinar um aditivo com a Caixa para ter o prazo de carência de pagamento contado a partir da liberação de recursos - não mais a partir da data de assinatura do contrato.

Com esforço para conter despesas, a Eletronuclear conseguiu pagar, no último dia 2, a primeira parcela à Caixa, de R\$ 25 milhões. O empréstimo prevê a liberação de R\$ 3,5 bilhões, no total, para a compra de bens e serviços internacionais.

O executivo afirma que já obteve "resultado significativo" com corte em custeio, de R\$ 8 milhões por mês. Segundo ele, a inadimplência só não foi antecipada para este mês porque pagou um valor abaixo do previsto às Indústrias Nucleares do Brasil (INB), responsável pelo fornecimento do combustível nuclear.

Outro alívio buscado pela Eletronuclear é com a própria holding, que tem parcelas mensais de R\$ 22 milhões do empréstimo de R\$ 1,05 bilhão. A Eletrobrás se comprometeu a liberar este recurso para cobrir contrapartidas ao BNDES.

"Vendo a nossa situação de caixa, a Eletrobrás nos concedeu um 'waiver' até março deste ano, o que permitiu pagar o BNDES com mais tranquilidade até abril. Mas isso acabou", disse Guimarães. O valor do empréstimo com o segundo banco de fomento também foi de R\$ 3,5 bilhões, com parcelas mensais de R\$ 31 milhões.

A terceira saída para evitar a inadimplência envolve negociações com o BNDES. O banco tem condicionado a repactuação do contrato à apresentação de garantias de viabilidade do projeto. Isso inclui a revisão da tarifa de energia que será comercializada e a definição de plano de reestruturação societária, com escolha de um sócio privado que deverá fazer aporte de recurso ao projeto.

O governo já prometeu atender ao pleito de revisão da tarifa - atualmente, em R\$ 244 por MWh - e buscar solução para a escolha do sócio privado. Mas, na prática, pouco foi feito, apenas foi criado um grupo de trabalho, não formalizado ainda, para definir medidas que poderão ser adotadas, como mudanças em lei para que a revisão da tarifa não represente uma quebra de contrato.

"Soubemos da criação do grupo e logo cuidamos de formalizar proposta de chamada pública para termos um sócio minoritário, de acordo com o mandato constitucional de que a União seja majoritária no capital votante de projetos dessa natureza. Isso já existiu no passado, quando a Siemens / KWU assumiu a fatia de 25%, no âmbito do acordo Brasil-Alemanha", afirmou o presidente da estatal.

Guimarães alerta que a dificuldade financeira relacionada à usina de Angra 3 pode contaminar a "excelência de operação" das outras duas usinas que integram o complexo nuclear em Angra dos Reis: Angra 1 e 2.

"Fomos o quinto parque de geração nuclear com melhor desempenho no mundo, atingindo um fator de capacidade de quase 90%. No médio prazo, o nosso desempenho pode ficar comprometido. Existe sim um risco de descontinuidade séria", afirmou.

O presidente da Eletronuclear destaca que a forte pressão de caixa seria capaz de impactar somente a qualidade de operação das usinas, o que levaria, no limite, à indisponibilidade de alguma unidade. "Nunca a segurança da usina é comprometida. Antes de enfrentar qualquer risco, ela para".

O executivo ressalta que ainda conta com revisão de tarifa e sócio privado para retomar obras em Angra 3. Segundo ele, a estatal mantém conversas com cinco grupos estrangeiros interessados na usina: um russo (Rosatom), dois chineses (CNNC e SNPTC), um franco-japonês (EDF / Mitsubishi) e um consórcio - até agora, de empresas americanas - em fase de estruturação pelo escritório Squire Patton Boggs (SPB). Uma sexta empresa, sul-coreana, suspendeu as tratativas alegando mudança na estratégia.

A negociação com os estrangeiros começou na discussão sobre os futuros projetos de usinas nucleares previstos no planejamento estratégico do setor elétrico brasileiro. Seriam duas para o Nordeste e duas para Sudeste.

"Eles estavam de olho nos novos projetos, mas viram Angra 3 como uma boa opção, porque já está totalmente licenciada, com o projeto totalmente concluído. E ainda tem uma 'irmã gêmea', Angra 2, em operação, o que aumenta bastante a aposta em seu sucesso", afirmou Guimarães.

Ele garante que, além de ser um bom negócio para os investidores, Angra 3 será importante para aumentar a confiabilidade no fornecimento de energia pelo sistema elétrico e reduzir custo. Disse que a usina poderia gerar hoje uma economia de R\$ 900 milhões por ano com a substituição de térmicas com custo mais caro de operação.

Angra 3 deveria ter sido concluída em janeiro de 2016. Guimarães ressalta que a paralisação das obras não tem relação com a fase da operação Lava-Jato que levou à prisão o ex-presidente da Eletronuclear, Othon Silva, em 2016. "A Lava-Jato foi uma tragédia em que a Eletronuclear foi a vítima". Segundo ele, o projeto já havia parado em 2015, quando foram suspensos os aportes da holding, afetada pela perda de receita logo após mudança no setor promovida pela MP 579/12.

O empreendimento já consumiu R\$ 7 bilhões em investimento e ainda exige mais R\$ 14 bilhões para ser concluído. Análises de auditorias independentes indicaram que, se o governo desistir, deverá desembolsar mais R\$ 11,8 bilhões com despesas relacionadas, por exemplo, à recuperação de áreas degradadas e indenização de fornecedores por quebra de contrato.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaques

Enel e Eletropaulo

A Eletropaulo vai se beneficiar da experiência técnica da Enel para crescer no mercado livre e em novos serviços digitais para seus clientes, disse, em nota, o presidente mundial do grupo italiano, Francesco Starace. O comentário foi feito após a Enel ter adquirido mais 5,5% do capital social da distribuidora paulista, totalizando, agora, 93,3% do capital total da empresa. De acordo com a companhia, a compra dos papéis ocorreu nos dias 3 e 4 de julho, no âmbito da oferta pública de aquisição de ações da Eletropaulo (OPA). A Enel tinha até 4 de

julho para comprar as ações remanescentes da companhia elétrica que não foram vendidas no leilão da OPA.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia | De São Paulo

Título: Americana ESS traz novas baterias ao Brasil

As baterias para armazenamento de energia ainda não ganharam impulso no Brasil, mas fornecedores internacionais da nova tecnologia já se posicionam mirando as oportunidades futuras neste mercado. A americana ESS está trazendo, por meio do braço nacional recém criado VedantaESS, um sistema de baterias que serão instaladas de forma híbrida em uma unidade solar fotovoltaica de geração distribuída em Goiás. Esse é um mercado no qual a companhia vê grande potencial de crescimento.

O projeto será financiado parcialmente por uma bolsa da Agência de Desenvolvimento e Comercio dos Estados Unidos (USTDA), por meio de uma parceria com a Pacto GD, subsidiária da comercializadora Pacto Energia. O objetivo é utilizar as baterias da ESS para estabilizar a rede e garantir a oferta de energia mesmo quando não houver luz solar. A unidade solar terá 100 kilowatts (kW) de potência. Segundo Richard Phillips, presidente da VedantaESS, o projeto permitirá ainda a eliminação do uso de geradores a diesel nos horários de pico de consumo.

A ESS por enquanto é considerada uma startup, fornecedora de uma das muitas tecnologias sendo desenvolvidas no mercado para o armazenamento de energia por meio de baterias. Neste ano, a companhia recebeu um aporte de US\$ 13 milhões de um grupo de investidores liderado pela alemã Basf. A companhia americana, que tem sede em Portland, no estado de Oregon, também assegurou o pedido de duas baterias de 50 kW que serão entregues para a Basf na Alemanha. A ideia é aprofundar a parceria.

A tecnologia da bateria da ESS é, segundo Phillips, mais barata e limpa que as utilizadas nas baterias de lítio, que dominam o mercado desse segmento. Os equipamentos utilizam eletrólitos de ferro e água, o que permite um tempo maior de duração da carga, por mais de quatro horas. Outras baterias no mercado ainda não conseguem fazer a carga durar durante todo o período de pico de consumo. Além disso, as baterias da ESS funcionam em temperaturas mais elevadas, e não têm gasto energético com o auto-resfriamento.

O uso híbrido em projetos de geração solar fotovoltaica é um dos principais mercados para o uso das baterias mapeado pela ESS no Brasil. "As maiores

oportunidades são em plantas híbridas de geração distribuída. Avaliamos o mercado e achamos que vai crescer muito, são projetos privados, não dependem de autorização ou financiamento do governo", disse Phillips.

A ideia é que esse projeto seja um teste do funcionamento da tecnologia, que é nova no Brasil e no mundo. Posteriormente, a Pacto Energia e a VedantaESS devem avaliar implementar projetos de até 5 megawatts (MW) com baterias com capacidade para até 20 megawatts-hora (MWh).

"Acredito que 2018 e 2019 serão os anos de estudo e de projetos pilotos com baterias", disse Phillips. Além do uso em projetos de geração distribuída, o executivo também prevê a instalação de baterias para construção de micro grids em locais no Norte do país não conectados ao Sistema Interligado Nacional (SIN), os chamados sistemas isolados.

Com a introdução do preço-horário e da chamada tarifa branca, na qual as tarifas são mais elevadas nos horários de pico de consumo, a expectativa da companhia é de que as baterias serão fundamentais para os consumidores, permitindo economias e eficiência energética.

A VedantaESS também têm a intenção de implementar a tecnologia substituindo geradores a diesel e nas redes de transmissão de energia.

MME / ASCOM .